

A corrida para conseguir US\$ 300 milhões

Ainda falta essa quantia para fechar o jumbo de US\$ 6,5 bilhões, o que será tentado por Delfim e Pastore no Exterior, numa "corrida contra o relógio".

Grã-Bretanha, Japão e Canadá enviaram mensagens ao ministro da Fazenda, Ernane Galvães, confirmando a sua participação na renegociação da dívida externa. Apesar destas manifestações de "apoio pleno e irrestrito", o ministro Delfim Neto e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, tornam a viajar hoje para o Exterior, na tentativa de convencer árabes e espanhóis a entrarem com US\$ 100 milhões no empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões; ainda faltam US\$ 300 milhões para completar o jumbo e fechar o balanço de pagamentos este ano.

Após almoçar ontem em Brasília com Galvães e o vice-presidente-executivo do Wells Fargo Bank, Lewis Coleman, o presidente do Banco Central disse que os 14 bancos integrantes do comitê de assessoramento da renegociação continuam tentando quebrar as resistências de banqueiros norte-americanos e europeus.

Corrida contra o relógio
Embora "a corrida contra o relógio exija todo esforço possível", Pastore disse que a montagem final do jumbo "caminha bem". Segundo ele, a fase final é sempre trabalhosa. Por isso, fica difícil marcar a data da assinatura do empréstimo para o dia 14. O presidente do Banco Central discordou da posição de alguns bancos de que a próxima quarta-feira será a data fatal para que o desembolso dos US\$ 3 bilhões ocorra antes de 31 de dezembro.

— Mesmo com a assinatura do contrato até um pouco depois do dia 20, será tecnicamente possível obter a liberação dos US\$ 3 bilhões. A previsão do governo brasileiro é de assinar no dia 20 e há esforço concentrado para que isso ocorra. Assim, o Brasil terá os recursos para zerar os compromissos em atraso na virada do ano — afirmou Pastore.

O presidente do Banco Central saiu muito satisfeito do almoço na Fazenda e, mais descontraído, reiterou que o jumbo será fechado com US\$ 6,5 bilhões, sem faltar nada.

Pastore recebeu do chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, a informação de que, além de outros governos, também o Japão e a Inglaterra, ao contrário de notícias publicadas nos jornais de ontem, confirmaram a participação no pacote de US\$ 2,5 bilhões de créditos comerciais de organismos oficiais dos países industrializados a importações brasileiras.

Apoio ao programa
Em conversa com jornalistas Tarcísio Marciano da Rocha salientou que o Reino Unido, que até então aparecia "de forma dúbia", confirmou um comprometimento com o programa de renegociação (projetos 1 a 4) "além da expectativa". Os ingleses garantirão, em 1984, financiamento comercial de médio prazo (um ano) no montante de 500 milhões de libras (equivalente a US\$ 850 milhões), e financiamento ilimitado de curto prazo.

O assessor de Galvães disse que as mensagens recebidas ontem são o resultado de longas reuniões mantidas pelo ministro da Fazenda, em setembro, durante a reunião do FMI com os ministros de Finanças de vários países desenvolvidos.

Na carta enviada a Galvães, o ministro das Finanças do Reino Unido, Nigel Lawson, afirma: "Refleti muito sobre os pontos que o sr. me apresentou, durante todo o outono, e agora congratulo-me pelo êxito das negociações finalizadas". Lawson lembrou as contribuições dos bancos britânicos aos projetos 1 e 2 (empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, e refinanciamento de US\$ 5,5 bilhões).

Afirma ainda que, com relação ao projeto 3 (financiamento comercial), a Inglaterra oferecerá recursos ilimitados para créditos de curto prazo. Com relação às linhas comerciais de médio prazo, estão assegurados financiamentos de US\$ 850 milhões. Nestas linhas, estará assegurado inclusive seguro comercial.

O apoio britânico

A adesão britânica, segundo Marciano, surpreendeu, porque a própria primeira-ministra Margaret Thatcher anunciou publicamente que a Inglaterra não ajudaria o Brasil, porque o País não demonstrava "vontade política" de ajustar sua economia. Mais tarde, Lawson, durante uma reunião em Washington, indagou do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, por que os norte-americanos não ajudavam integralmente o Brasil. Regan respondeu que, se os ingleses não entrassem com sua parte, os Estados Unidos fariam a cobertura.

Ontem ao meio-dia, o ministro Ernane Galvães recebeu um telefonema de seu colega canadense Marc Lalonde, que confirmou estar o governo do Canadá de acordo com toda a fase dois da programação externa brasileira, e anunciando que o último grande banco do país, o National Bank of Canada, ontem mesmo mandaria adesão formal ao Banco Central.

O vice-ministro de Finanças do Japão, Tomomitsu Oba, enviou telex a Galvães dizendo-se disposto a apoiar "plenamente o programa brasileiro". O chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda disse que, se a balança comercial bilateral for aumentada em 20% no próximo ano, e com o Japão dando garantia comercial de médio e curto prazo, é possível que o financiamento comercial por parte das agências governamentais atinja US\$ 3 bilhões, e não apenas os US\$ 2,5 bilhões programados.

Compras não-prioritárias?

O diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Caceb), Carlos Viacava, informou que o banco está pronto para facilitar a utilização dos US\$ 1,5 bilhão do Eximbank dos Estados Unidos por importadores brasileiros. Viacava admitiu que a lista de produtos a serem importados com apoio do Eximbank "não é bem o que é prioritário para o Brasil, mas inclui matérias-primas e componentes que os Estados Unidos têm para exportar e que o Brasil deseja importar".

Enquanto Delfim e Pastore tentam convencer os bancos da Espanha e do Oriente Médio a liberarem US\$ 100 milhões do novo jumbo, o Banco Central conta com o desembolso dos bancos privados, na próxima segunda-feira, de US\$ 1,64 bilhão do empréstimo de fevereiro de US\$ 4,4 bilhões.

